

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**1ª Sessão Ordinária da Convocação Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de Julho de 2015.**

**PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO**

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bobô, Carlos Geilson, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Jânio Natal, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vítor Bonfim e Zé Neto. (37)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

## **PEQUENO EXPEDIENTE**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Não há orador no Pequeno Expediente. Também não no Grande Expediente.

## **GRANDE EXPEDIENTE**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, vamos para o Horário das Lideranças Partidárias.

Como todos sabem, esta sessão foi convocada para votar o Projeto de Lei nº 21.376/2015, do Poder Judiciário, que cria cargos comissionados de Assessor de Desembargador e Assistente de Gabinete, no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário

do Estado da Bahia.

Com a palavra o Líder do PP/PSL/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador.

Com a palavra o Líder do PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador.

Com a palavra o Líder do PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador.

Com a palavra o Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Falará o deputado Leur Lomanto Júnior por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo deputado Leur Lomanto Júnior, pelo tempo de 11 minutos.

**O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:-** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, há algum tempo a Oposição aqui vem cobrando alguns esclarecimentos do Detran com relação a algumas denúncias que foram feitas nesta Casa. Recordo-me de que essas denúncias começaram nas palavras do deputado Robinho e, logo após, do deputado Adolfo Viana.

A Oposição, Sr. Presidente, já tinha primeiramente questionado, entrado com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade quanto aos aumentos abusivos, principalmente, nas vistorias que são realizadas pelo Detran. E posteriormente a isso a Oposição vem cobrando, inclusive de forma escrita, ao diretor do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia cópias de vários contratos, deputado Alan Sanches, que vêm chegando ao conhecimento desta Casacom possíveis irregularidades em algumas prestações de serviços realizadas pelo órgão. E cabe a nós parlamentares exercermos, deputado Herzem, as nossas funções. Entre outras, a de fiscalizar as ações do Poder Executivo.

O meu Líder, o deputado Sandro Régis, Líder da Oposição nesta Assembleia, encaminhou um ofício ao Detran no dia 18 de junho de 2015 cobrando do diretor as cópias de todos os contratos de prestação de serviços realizados pelo Departamento. Infelizmente até hoje, deputado Adolfo Viana, nenhuma resposta foi

dada aos parlamentares da Oposição. Nenhuma resposta! Absolutamente nenhuma resposta foi dada aos deputados opositoristas deste Poder!

Então, quero informar que assim que voltar do recesso parlamentar eu, como 1º Secretário desta Casa, irei encaminhar à Mesa Diretora um pedido de requerimento de informação ao Detran solicitando a aprovação dela para que todas as solicitações que forem encaminhadas àquele órgão, como a das cópias de todos os contratos de prestação de serviços realizados por ele, sejam disponibilizadas. Aliás, isso tem que ser público não só para este Legislativo, mas também para qualquer cidadão que queira ter acesso às informações.

Tenho certeza que o diretor, Dr. Maurício, não irá se furtar a prestar todos os esclarecimentos. Ele já esteve nesta Casa. Mas é necessário, diante das graves denúncias que não param de chegar a este Parlamento, denúncias gravíssimas que estão chegando aqui a cada dia, que tenhamos conhecimento dos fatos e as cópias desses contratos para que possamos analisar a fundo se existem ou não irregularidades.

Aqui, o deputado Adolfo já propôs uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que se investigue. E é isso que nós iremos fazer, cobrar os contratos e averiguar, e se existir qualquer tipo de irregularidade, tem que se apurado, tem que ser encaminhado ao Ministério Público para que se tome as iniciativas necessárias, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, sem querer entrar no mérito do discurso de V.Ex<sup>a</sup>, apenas para dizer o seguinte. Se o requerimento de um deputado, solicitando qualquer informação do governo do Estado, for aprovado em uma comissão ou na Mesa Diretora, aí nós vamos cobrar dessa secretaria ou dessa empresa as informações solicitadas pelo deputado. Agora, eu só posso, se for aprovada em uma comissão ou na Mesa Diretora. Eu não posso, com um deputado solicitando, eu não vejo como uma obrigação legal informar, acho que tenho uma obrigação política. Agora, passando numa comissão, aí o caso passa a ser atribuição da Mesa Diretora ou do próprio presidente para os envios solicitados pela comissão pertinente ao assunto.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu queria aproveitar, e aí sugerir aos representantes da Mesa Diretora, e aí vou pedir ao deputado Leur Lomanto, que é o 1º Secretário desta Casa, que leve este ofício para a Mesa Diretora, porque eu entendo que esta Casa tem o dever de fiscalizar. E eu tenho certeza que nenhum membro da

Mesa Diretora irá se opor a fazermos o nosso papel, que é fiscalizar. E o Detran, através do Dr. Maurício Bacelar, precisa esclarecer todos os contratos para que esta Casa se sinta à vontade para continuar os trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PTN/PROS/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do DEM/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, falará o deputado Carlos Geilson, por cinco minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de cinco minutos.

**O Sr. CARLOS GEILSON:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, uso esta tribuna para duas colocações, uma para criticar o governo do Estado e a outra para elogiar o posicionamento do governador Rui Costa. O governador foi extremamente ágil e rápido quando determinou a expulsão dos militares envolvidos no sequestro e no estupro de uma jovem de 17 anos, grávida, na cidade de São Sebastião do Passé.

A Polícia Militar tem que expurgar esses policiais infiltrados, policiais que não dignificam a corporação. E o governador Rui Costa, nesse ponto de vista, foi rápido, ágil quando determinou a expulsão dos policiais acusados de praticarem esse ato inaceitável e que não condiz com aqueles que estão na obrigação de defender a sociedade, e que ganham para tal. Portanto, o governador está de parabéns por agir dessa forma.

Mas, ao mesmo tempo me posiciono aqui numa crítica ao governo do Estado que cortou recursos da Universidade Estadual de Feira de Santana, ao ponto de inviabilizar eventos já consagrados na cidade, como a Caminhada do Folclore, realizada há 15 anos, sempre no mês de agosto, e que por dificuldades financeiras não vai acontecer.

Como também não aconteceu no mês de maio, meu caro deputado Rosemberg, o Festival de Sanfoneiros, quando seria realizada a sua 8ª edição. Imaginem, senhores, imaginem, senhoras, que a dificuldade de amealhar R\$171,00 inviabilizou dois eventos consagrados na cidade de Feira de Santana, não só o Festival de Sanfoneiros, como também a Caminhada do Folclore, eventos que monopolizam toda

a região de Feira de Santana, uma caminhada que leva milhares de pessoas para as ruas da cidade, as principais artérias da cidade. E, por falta de R\$ 171 mil, essas festividades deixam de acontecer. Isso mostra a falência deste Estado. Isso mostra que o governo não está comprometido com o que disse em campanha.

Ora, não foi isso o que se disse em campanha. O que nós mais ouvimos foi: “Brasil, pátria educadora!” E, cada vez mais, a gente vê o governo cortando recursos. O governo do Estado está sem condições de dar aquilo que prometeu em campanha, a ponto de cortar recursos da Universidade Estadual de Feira de Santana, recursos esses que acabam inviabilizando eventos consagrados na cidade.

Como aceitar que a Caminhada do Folclore, em sua 15ª edição, deixe de acontecer? Como o VIII Festival de Sanfoneiros, um festival que reúne dezenas, milhares, centenas de pessoas, deixe, também, de acontecer?

Observem, senhores, que o motivo é a falta de R\$ 171 mil. Esta é a quantia orçada para a realização desses eventos. Ora, se o problema é esse, faremos, aqui, uma vaquinha. O deputado Paulo Rangel poderia contribuir com R\$ 10 ou 15 mil; a Bancada do PT com Marcelino Galo e Zé Neto poderiam contribuir com R\$ 30 mil, pois há condições, graças a Deus. O deputado Targino contribuiria, também, com certeza, para realização da Caminhada do Folclore e, também, para a realização do Festival de Sanfoneiros em Feira de Santana.

Ali, nas galerias, estão as pessoas que participam da paralisação, melhor, greve geral.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

**O Sr. CARLOS GEILSON:-** Então, mais uma vez, deputado Zé Neto, é lamentável que, por falta de R\$ 171 mil, os eventos deixem de acontecer. Tal quantia é o custo desses eventos. A UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana – deixa de realizar a Caminhada do Folclore e o Festival de Sanfoneiros.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falarão, pelo tempo de 6 minutos cada, os deputados Zé Neto e Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 6 minutos.

**O Sr. ZÉ NETO:-** Sr. Presidente, Sr. deputados, senhores presentes, todos os que nos assistem, deputado Geilson, acho, também, um despropósito não realizar

esses dois importantes eventos na cidade.

E, também, deputado Geilson, por pouco, não teríamos o problema com a Feira do Livro. A feira custará, aos cofres do Estado, em torno de R\$ 400 mil. Já estamos com a Feira acertada. E eu próprio me propus a fazer a intermediação com a Secretaria da Educação que já resolveu a problema da Feira do Livro. A Feira do Livro irá se realizar com os apoios do governo do Estado e da Secretaria de Educação junto com a UEFS.

No que tange à Caminhada do Folclore e, também, ao tocante do Encontro dos Sanfoneiros, já entramos no circuito. Me coloquei à disposição de público para a universidade. O reitor nos procurou, ou seja, procurou o governo e a secretaria do Estado. Já estamos, deputados Alex e Bobô, trabalhando para saber como podemos ajudar.

Amanhã, teremos uma reunião com o secretário da Cultura e os representantes da universidade.

No ano passado, o custo foi em torno de R\$ 67 mil a Caminhada do Folclore e alguma coisa em torno de R\$ 50 mil para o Encontro dos Forrozeiros.

Quanto a este ano, parece-me, eles têm um gasto um pouco maior. Há uma colaboração grande das prefeituras, do próprio Senac, Sesc, Senat. Há, também, uma colaboração de outras instituições e mecanismos da cidade.

Convido V.Ex<sup>a</sup>, inclusive, para poder nos ajudar junto ao município para que possamos sair com essa listagem de necessidades, parte delas passa pelo município de Feira. E peço a V.Ex<sup>a</sup> esse apoio no sentido de que possamos fazer o que está ao nosso alcance aqui e lá em Feira, uma intermediação junto ao município a fim de trabalharmos. Isso está acima de partido político e de interesses menores. É uma caminhada importantíssima para toda a região e para a cultura da cidade. Nós já participamos daquela mesma Caminhada do Folclore e a cidade não pode perder essa oportunidade por vários aspectos.

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado Zé Neto, quero fazer uma correção na minha fala. Porque lembrado pelos deputados Bobô e Alex da Piatã, durante todo o discurso falei em 171 reais. Mas é 171 mil reais.

E quero dizer também que conte com o nosso apoio junto ao governo municipal para que possamos, de mãos dadas, lutar pela realização da Caminhada do Folclore.

**O Sr. ZÉ NETO**:- Eu queria, aqui, fazer uma deferência à atitude do Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, que compreende, neste momento, deputados Leur Lomanto Júnior e Marcelo Nilo, que temos um grande enfrentamento que não é o de governo. Esse enfrentamento das questões relacionadas à previdência do Estado é do Estado, é aquele a que nós todos devemos nos debruçar. Nós, deputado Paulo Rangel, temos, neste instante, uma grande tarefa. Temos que encontrar solução para definir

como andaremos e qual será o futuro da previdência em nosso Estado.

Começamos, deputado Marcelino, com um aporte de 360 milhões para a previdência. Esse aporte há 8 anos era significativo, não tínhamos o fundo previdenciário com os valores adequados e o Estado tinha que aportar. O aporte este ano será em torno de 2,4 bilhões, deputado Targino. Passamos as contas, se há 8 anos tínhamos um aporte de 360 milhões, o reajuste orçamentário foi da ordem de 60%, o reajuste inflacionário não chegou a 56%. Significa dizer que se reajustássemos pelo menos pela inflação ou pelo orçamento, no máximo 60%, não chegaríamos a 550 milhões.

Pois bem, estamos com 2,4 bilhões de aporte para a previdência. Isso preocupa apenas ao governador Rui Costa? Não, preocupa a todos os que têm noção da importância não só neste momento do enfrentamento do problema da previdência, mas que temos a necessidade de olhar para a frente; entendermos qual o caminho que vamos trilhar. A previsão, deputado Geilson, é que esse crescimento do custo previdenciário se alastre muito mais do que qualquer inflação, e o crescimento chegue a ser geométrico.

A previsão é muito dolorosa, porque estamos pagando pelo êxito das políticas públicas. As pessoas estão vivendo mais. Nos últimos 12 anos na Bahia, os baianos estão vivendo quase oito anos mais. Isso retrata um Estado que vai saindo do estado de miséria e entrando num processo em que os nossos cidadãos começam a ter uma vida mais plena.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Para concluir, deputado.

**O Sr. ZÉ NETO:-** Concluindo, Sr. Presidente

(...) Não posso deixar de registrar a atitude madura da Oposição de, neste momento, darmos um passo para fortalecer o nosso Funprev e buscar discutir mais e encontrar os caminhos para essa situação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Com a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria ou Líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos. Falta o deputado Herzem falar por 5 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Já passou. Já está no PT. Eu tenho 6 minutos

(Alguns deputados falam fora do microfone.)

O Sr. Paulo Rangel:- Não, estão queimando todos os tempos da gente. Não, agora é PT e acabou.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vejam bem, ele pode... O último horário

é o PT, agora tem a discussão, não tem problema. Na discussão se V.Ex<sup>a</sup> quiser falar, fala, agora eu não posso voltar atrás.

Com a palavra, V.Ex<sup>a</sup>, deputado Paulo Rangel, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Marcelo, nossos 6 minutos a gente dá para o deputado, até porque o acordo era esse, votarmos o mais rápido possível.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por 6 minutos, com a palavra o deputado Herzem Gusmão.

**O Sr. HERZEM GUSMÃO:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas da imprensa, Galerias presentes nesta tarde, funcionários, telespectadores da *TV Assembleia*, não poderia deixar de destacar e realçar a fala do deputado Leur Lomanto em relação ao Detran.

Antes de chegar a esta Casa, exercendo a minha atividade de jornalista há 47 anos na minha terra Vitória da Conquista, o que ouvíamos dizer, há muitos anos, é que o Detran era uma caixa preta continua sendo. É lamentável esta Casa enviar uma solicitação ao diretor do Detran e nenhuma resposta ser dada.

Queremos fazer um apelo ao Parlamento do Estado da Bahia – Assembleia Legislativa –, está tramitando nesta Casa, independente da ação das oposições em tentar mostrar a inconstitucionalidade da cobrança da vistoria veicular aplicada através de uma portaria escandalosa do Detran, e gostaríamos de pedir empenho da Mesa Diretora, do Sr. Presidente, para colocar verdadeiramente na pauta, logo no início dos trabalhos do segundo semestre, em apreciação para que esta Casa possa votar e revogar essa escandalosa portaria do Detran em relação à cobrança da vistoria veicular.

Ouvi atentamente a fala do colega do rádio de Feira de Santana, Carlos Geilson, lamentando a falta de investimento na Universidade de Feira de Santana. Perdemos uma grande oportunidade.

Tenho falado e realçado que precisamos deixar de ser deputados do governador, precisamos defender os interesses da Bahia, a educação do Estado da Bahia. As universidades necessitam de urgência urgentíssima de investimento.

Apresentamos uma emenda e a Maioria derrubou a emenda na qual pedíamos para que o governo contemplasse a educação, contemplasse as universidades com investimento de 7% o que foi negado. Nenhuma contraproposta foi apresentada num desinteresse total. E, realmente, a nossa tentativa foi contemplar os professores, os estudantes de todas as universidades, da UNEB, da UESC, da UEFS e da UESB, tentamos mas não conseguimos.

Esperamos que nesse segundo semestre o Parlamento Baiano esteja em sintonia com as aspirações do povo da Bahia. Haveremos de triunfar e devolver a independência do nosso Parlamento.



E, para encerrar, Sr. Presidente, queremos lembrar que o mês de agosto, dia 16, está chegando, o povo brasileiro está conclamando, está preparando um protesto que o governo tem manifestado uma grande preocupação. E aí ouvimos um discurso até certo ponto infantil de que se trata de golpe, que é a Direita retrógrada querendo voltar ao passado. Na verdade, o grande problema do governo é ele mesmo, é a inflação, é a corrupção, é o desemprego; o grande problema do governo, hoje, está exatamente no fato de o povo brasileiro estar atento. É um governo desacreditado, com uma avaliação pífia em que a presidente Dilma não chega a 10%.

Portanto, é infantil e lamentável o discurso de que se trata de um golpe. Não se trata de nenhuma providência jurídica de nenhum partido político. O problema do governo federal é com o Tribunal de Contas da União, é com a Justiça Federal, é com o TCE. Portanto, não há por que se falar de golpe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

## ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Há o projeto do Poder Judiciário, enviado pelo desembargador presidente, que foi o objetivo desta convocação extraordinária, que cria cargos comissionados de Assessor de Desembargador e Assistente de Gabinete no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Pablo Barroso.

**O Sr. PABLO BARROZO:-** (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.376/2015, de autoria do Poder Judiciário, o qual “cria cargos comissionados de Assessor de Desembargador e Assistente de Gabinete no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado da Bahia.”*

*Encaminha, a apreciação da Assembleia Legislativa, ao Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, projeto de lei propondo a criação de cargos comissionados no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado da Bahia.*

*Serão criados, de acordo com a proposição, 16 cargos de Assessor de Desembargador e 8 cargos de Assistente de Gabinete, “para atender as necessidades decorrentes da edição da Lei nº 13.217, de 30 de dezembro de 2014, que ampliou para 61 (sessenta e um) o número de desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia”, como registra o art. 1º do projeto. Registre-se que a ampliação do*

*número de Desembargadores destinava-se inclusive a possibilitar a implantação da Câmara Especial do Extremo Oeste Baiano.*

*Conforme relata o Presidente do Poder Judiciário no ofício encaminhado a Assembleia, a proposta foi aprovada, a unanimidade, em Sessão Plenária realizada no dia 17 de dezembro de 2014, quando também foi aprovada a ampliação do número de Desembargadores daquela Corte de Justiça, ressaltando ainda o Sr. Presidente a realização de estudo de impacto orçamentário objetivando a criação dos cargos, de modo a manter-se o Judiciário dentro dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.*

*Cumprir ressaltar a importância para a Bahia, e em especial para a Região Oeste, da implantação da Câmara Especial do Extremo Oeste Baiano. Para o seu pleno funcionamento, no entanto, faz-se necessário a criação dos cargos, objeto da presente proposição, para o assessoramento aos Desembargadores e possibilitar um melhor funcionamento da Câmara, bem como o retorno de funcionários que estavam servindo a mesma para sua função de origem no primeiro grau.*

*Cabe também ressaltar a caótica situação do primeiro grau de jurisdição no Estado da Bahia. Em Barreiras, e nas comarcas circunvizinhas, a falta de eficiência do Poder Judiciário se torna ainda mais grave: comarcas desativadas em razão da recente agregação procedida pelo Tribunal de Justiça, falta de serventuários, comarcas desassistidas por juízes titulares e varas com números de processos além da capacidade de trabalho dos funcionários que ali trabalham. Desta forma, faz-se ainda mais relevante a implantação da estrutura prevista da LOJ nº 10.845/2007, que diminuirá a elevada taxa de congestionamento de processos no primeiro grau, garantindo ao cidadão o direito constitucional à duração do razoável processo.*

*O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia precisa dar cumprimento ao artigo 136, inciso VI, da LOJ/2007 e Provimento 36 do CNJ, no que se refere à implantação da Vara Especializada da Infância e Juventude na comarca de Barreiras, cidade com mais de 150 mil habitantes e que registra um crescente e preocupante aumento nos índices de violência envolvendo crianças e adolescentes.*

*A implantação da Vara do Júri e Execuções Criminais da Comarca de Barreiras também se faz necessária para o cumprimento do artigo 136, inciso V, da LOJ/2007, visto que estamos na iminência da inauguração de um presídio regional com capacidade para 533 detentos em regime fechado, e neste caso há a necessidade de regular o processamento das medidas privativas da Execução Criminal, que não sendo realizadas comprometerão o andamento das ações na única Vara Crime da Comarca.*

*Cabe também a cobrança do cumprimento do artigo 91 da LOJ/2007, que cria na Comarca de Barreiras a Vara Regional de Conflitos Agrários e de Meio Ambiente, haja vista a importância agrícola da região e o grande número de conflitos fundiários e denúncias de agressões ambientais”.*

Quero chamar a atenção, Líder Sandro Régis e Líder Zé Neto.

*(...) Portanto, vimos a comemorar a criação destes cargos para Câmara do Oeste e exigir do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia o cumprimento da Lei de Organização do Judiciário de 2007, que possibilitará o bom, legal e digno funcionamento da primeira instância das Comarcas da Região Oeste da Bahia”.*

Temos hoje um grande problema na Justiça baiana, que é a falta de estrutura e de atenção do Poder Judiciário. Respeito muito a posição do presidente do Tribunal de Justiça, Sr. Eserval Rocha, mas temos que ter uma atenção especial com o primeiro grau, que é considerado pelo Conselho Nacional de Justiça, hoje, um dos piores do Brasil, deputado Bobô, enquanto o segundo grau daqui da Bahia é considerado um dos melhores. Isto porque não é dada ao primeiro grau a mesma atenção dada aos funcionários e à estrutura do segundo grau.

A Justiça, infelizmente, não funciona da forma devida nos municípios mais afastados, nos municípios do interior do nosso Estado.

Portanto, ao mesmo tempo que venho comemorar a criação desses cargos para a Câmara do Oeste, venho pedir ao presidente do Tribunal de Justiça que faça valer a Lei de Organização do Judiciário de 2007, não sendo omissa em relação a essa lei, que já está em vigência há mais de oito anos e não está sendo cumprida.

*(Lê): “O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Judiciário.*

*É o parecer, s.m.j.*

*Sala das Sessões, 14 julho de 2015, deputado Pablo Barrozo, relator”.*

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre relator, deputado Pablo Barrozo, no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, de Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No Plenário. Em votação o projeto de lei nº 21.376/2015, procedente do Tribunal de Justiça, o qual cria cargos comissionados de assessor de desembargador e de assistente de gabinete no quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se

encontram. (Pausa) Aprovado.

## **PROJETO DE LEI Nº 21.376/2015**

**Cria cargos comissionados de Assessor de Desembargador e Assistente de Gabinete, no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado da Bahia.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam criados, para atender às necessidades decorrentes da edição da Lei 13.217, de 30 de dezembro de 2014, que ampliou para 61 (sessenta e um) o número de Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, os seguintes cargos comissionados:

I – 16 (dezesesseis) cargos de Assessor de Desembargador, símbolo TJ-FC-2; e

III – 8 (oito) cargos de Assistente de Gabinete, símbolo TJ-FC-3.

**Art. 2º** - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta dos recursos orçamentários próprios do Poder Judiciário.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de encerrar a sessão, convoco uma sessão extraordinária a realizar-se um minuto após o encerramento desta para votar em segundo turno o referido projeto.

*Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.*

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*